

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC

JANÉTE KLEMMANN BILICKI

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA – UM NOVO MODELO PEDAGÓGICO

MAFRA
2016

JANÉTE KLEMANN BILICKI

PLANO DE GESTÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA – UM NOVO MODELO PEDAGÓGICO

Plano de Ação em Gestão apresentado como exigência para conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, ministrado pela Universidade do Contestado – UnC, Campus Mafra, em Convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina pelo FUNDES.

Orientador(a): Prof^a. Eliane Nilsen Konkel.

MAFRA

2016

SUMÁRIO

1 REFERENCIAL TEÓRICO	4
1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	4
1.2 FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR	6
1.3 AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES E A GESTÃO ESCOLAR	7
1.4 QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM	8
2. OBJETIVO GERAL	9
3. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA	9
3.1 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR.....	9
3.2 CONHECENDO O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ERCI	10
3.3 CORPO ADMINISTRATIVO	10
3.4 ABRANGÊNCIA EDUCACIONAL: NÍVEIS DE ENSINO.....	11
3.5 CORPO DOCENTE	12
3.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA.....	13
3.7 PROJETOS E PARCERIAS.....	14
3.8 ATENDIMENTO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO	15
3.9 ESTRUTURA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
3.10 CONCEPÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS.....	17
3.11 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS.....	18
3.12 AVALIAÇÃO DESCRITIVA.....	19
4. AVALIAÇÃO DO PLANO	20
5. DETALHAMENTO DAS DIMENSÕES DO PLANO DE GESTÃO	21
5.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	21
5.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA	21
5.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	22
5.4 DIMENSÃO FINANCEIRA.....	23
5.5 DIMENSÃO FÍSICA.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7. REFERÊNCIAS	27

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Pensar a infância na contemporaneidade não se constitui em uma tarefa fácil. Compreender a história da infância é imprescindível para quem se disponibiliza a trabalhar com crianças pequenas. Entender a lógica histórico-cultural através dos tempos, favorece os fazeres que são constituídos de concepções, ora ultrapassadas, ora contemporâneas. Então, para realizar um trabalho contextualizado e respeitoso para com a infância é relevante entender a história da pequena infância.

A pesquisa de Ariès aponta que o sentimento de infância veio surgindo do século XII ao XVIII. Na arte medieval até o século XII não se detecta nenhuma expressão infantil.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la; é difícil acreditar que essa ausência se devesse à falta de habilidade ou de competência. Parece mais provável que a infância não tivesse lugar naquele mundo (ARIÈS, 1981, p. 50).

Durante o século XVII houve uma mudança do pensamento, um novo hábito surgia entre a burguesia, em que o termo infância se aproxima ao sentido moderno. “A ideia de infância estava ligada a ideia de dependência” (ARIÈS, 1981, p. 42). Isso significava que a criança deixava de sê-la quando esta dispensava cuidados de sobrevivência.

No início do século XIX, médicos e sanitaristas, preocupados com o alto índice de mortalidade infantil, desenvolveram trabalhos de orientação e prevenção junto às instituições que acolhiam as crianças, mas a modalidade de educação de crianças menores só emerge na metade do século XIX em função da mulher estar inserida no mercado de trabalho.

No Brasil, segundo Oliveira (2002), a história da Educação Infantil teve início somente no período que antecede a Proclamação da República, pois antes disso, somente existiam iniciativas de proteção e de combate das altas taxas de

mortalidade. Fato que ocorre após a abolição da escravatura, efetivada na Lei em 1888.

Na segunda metade do século XX, ocorre um momento importante de reconhecimento e de valor da infância, por ocasião da Declaração dos Direitos da Criança, assinada em 20 de novembro de 1959, pela Assembleia das Nações Unidas (ONU), onde reúne alguns princípios que tem por objetivo garantir que todas as crianças cresçam em condições humanas, protegidas e alimentadas, tendo acesso à educação, à saúde e todas as outras condições que uma criança pequena necessita para que seja garantida a sua sobrevivência. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, representa um marco na garantia dos direitos a educação da criança, que passa então a reconhecer a Educação Infantil como um dever do Estado.

A Constituição favoreceu o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa clientela. Motivado pelas orientações da Constituição, em 1990 foi criado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. O “Estatuto da Criança e do Adolescente” veio contribuir para que fossem criadas políticas de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos e fazer a sociedade repensar as formas de educar e cuidar da criança. Mas os maiores avanços conquistados na área de Educação Infantil estão contidos na atual Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - LDB 9394/96, ao transformar em diretrizes e normatizar os direitos da criança, assegurados tanto na Constituição Federal como no ECA.

A LDB tal como foi aprovada em 1996, no Art. 29 colocou a educação infantil como:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

A LDB passou por alterações sob a lei n 12.796/2013, modificando alguns aspectos referentes ao atendimento à educação infantil.

Art. 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art 31 - A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento da criança. (CARNEIRO, 2013, pg. 218)

Sendo assim, torna-se necessário reconhecer a importância e a responsabilidade no trabalho que é desenvolvido com a criança, pois vai complementar a ação da família, no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, pode-se afirmar que, ao educador infantil, é necessário a compreensão das especificidades da sua função e saber adequar as metodologias para trabalhar com as crianças. As instituições de educação infantil precisam ter definidas, em seu Projeto Pedagógico os conceitos que irão nortear o trabalho dessa instituição, com consciência de que a criança é um ser que aprende através das interações e das relações, e que por essa razão precisam ser planejadas, assumindo o compromisso com o cuidado e a educação.

1.2 FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR

Este Plano de Gestão tem por finalidade efetuar uma proposta para o Centro de Educação Infantil Tia Erci, sendo assim vê-se a necessidade de entender o processo de construção de um ambiente democrático e participativo, envolvendo todos os integrantes do contexto escolar.

No processo de elaboração da Constituição de 1988, a sociedade brasileira queria o retorno das liberdades democráticas e a possibilidade de participação popular nos diversos espaços públicos para influir na elaboração, planejamento e execução de políticas públicas. Uma das manifestações desse desejo de interferir na organização do Estado estava expressa na bandeira de gestão democrática da educação.

Na Constituição, a proposta de gestão democrática do ensino público visava, entre outros objetivos, o desenvolvimento e a garantia de mecanismos de participação da sociedade civil organizada na elaboração das políticas educacionais.

Um exemplo da democratização é a escolha de diretores para as diferentes instituições de ensino, que era decorrente do arbítrio do Chefe do Poder Executivo, tanto no nível estadual como municipal, pois eram cargos comissionados. A partir de 1988 esta escolha passa a acontecer com um envolvimento maior da comunidade. Embora seja considerado o ano de 1988 o marco da gestão democrática, a que se considerar que algumas instituições já escolhiam seus dirigentes democraticamente desde a década de 1980, iniciativa que foi reforçada com a homologação da CF/88. Tendo como exemplo o estado do Paraná, onde um processo de eleição direta para a escolha dos diretores escolares acontece na rede municipal há 30 anos.

Como condição para o estabelecimento da gestão democrática é preciso que os sistemas de ensino assegurem às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público, como se refere:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Segundo CARNEIRO (2013, pg. 174) [...] “A administração compartilhada da e na escola tem constituído tema onipresente em todos os fóruns nacionais da educação”.

Houve regulamentação da autonomia do estabelecimento, mas a lei não demonstrou diretrizes claras, “ênfatizando apenas a participação de todos”, por isso entende-se que esta participação precisa ser construída ao longo dos segmentos, garantindo a participação política, organizando debates, encontros, assembleias e possibilitando o acesso a todas as informações.

1.3 AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES E A GESTÃO ESCOLAR

Art. 54. É pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e procedimentos que viabilizam o trabalho

expresso no projeto político-pedagógico e em planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas.

Entende-se que a gestão escolar deve ser entrelaçada com a administração que, resultará na promoção do objetivo maior da escola que é o aprendizado.

Uma gestão voltada para a construção da garantia de um processo que concretize e alcance os seus objetivos numa ação que busque a autonomia escolar, para o cumprimento de seu papel social e institucional. A gestão escolar deveria se pautar nos modelos de gestão centrados em parcerias, no planejamento estratégico, procedimentos, atividades, instrumentos e metas como base importante na gestão compartilhada. Processo este em que o gestor tem importante papel a desempenhar nas mudanças a serem desenvolvidas nas organizações escolares, juntamente com os professores, pais, alunos, comunidade, influenciados pela realidade social, política e econômica ao qual fazem parte.

1.4 QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

É por meio da educação que o ser humano consegue transmitir o que sabe para outras pessoas, como também aprende e adquire conhecimentos, sendo este o processo em que ocorre o ensino e a aprendizagem. Essa educação tem o lado individual que é o desenvolvimento da personalidade, e tem lado social. Neste, ocorre o processo sociocultural que quase sempre, está vinculado a questões mais amplas, como um projeto nacional. De acordo com Mota, “[...] a educação é manifestação cultural que de maneira sistemática e intencional, forma e desenvolve o ser humano”. (1997, p.75).

Sendo assim toda educação é intencional, pois quando falamos da organização formal da escola, precisamos entender que a instituição social é um sistema de normas e valores que existe para ajudar a sociedade identificar e atingir certos objetivos, principalmente aquela que faz parte do sistema escolar e que aparece clara no texto da Constituição Federal de 1988 e são confirmadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, documentos estes que dão o direcionamento necessário à educação que é oferecida nas escolas.

2. OBJETIVO GERAL

Prover meios e condições, para que a escola se torne um espaço de realização dos objetivos do sistema de ensino e dos objetivos da aprendizagem, visando o desenvolvimento das potencialidades humanas com vistas a formar cidadãos socialmente participativos, envolvendo escola, família e comunidade na construção de metodologias e espaços para a participação nas decisões que dizem respeito ao sistema educativo e aos processos referentes à realização de políticas educacionais.

3. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

3.1 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

O CEI - Centro de Educação Infantil Tia Erci¹ está localizado a Rua Costa Carvalho, nº 290, Centro, em Itaiópolis – SC. Foi criado em 04 de julho de 1989, pela Prefeitura Municipal de Itaiópolis, pelo decreto nº. 056/89 e iniciou com uma sala de berçário (zero a três anos) e uma de pré-escolar (três a seis anos).

É uma escola municipal, mantida pela Secretaria Municipal de Educação e tem seu sistema de ensino norteado pela Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina, nos termos da Legislação em vigor. A clientela que o CEI atende, são crianças do centro e bairros circunvizinhos. São filhos de pais trabalhadores, em sua maioria do comércio e empresas locais. Tem sua função social direcionada para a formação de cidadãos críticos e conscientes, que a partir de suas próprias histórias, tenham a possibilidade de criar e recriar conhecimentos através da interação com a diversidade cultural. São turmas heterogêneas, mantendo diferentes relações com o saber e modos de vida.

¹ O Centro de Educação Infantil recebe este nome em homenagem a sua idealizadora e fundadora, Sra. Erci de Oliveira Gaio, que naquele momento era 1ª Dama, esposa do então prefeito Alceu Gaio, sendo o primeiro Centro de Educação Infantil do Município de Itaiópolis.

3.2 CONHECENDO O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ERCI

O Centro de Educação Infantil Tia Erci atende as crianças do centro do município e bairros próximos.

O quadro de funcionários está composto de:

- Sete auxiliares de sala, os quais tem o papel de auxiliar o professor nas atividades, nas recreações e nas atividades de rotina.
- Três professoras responsáveis pelo desenvolvimento e cuidados das crianças.

O CEI tem sua função social direcionada para a formação de cidadãos críticos e conscientes, que a partir de suas próprias experiências tenham a possibilidade de criar e recriar conhecimentos interagindo com a diversidade cultural. São turmas heterogêneas com diferentes relações com o saber e os modos de vida. Por meio de planejamento, o educador no espaço do CEI deverá construir um ambiente rico e estimulador que possibilite o vivenciar as diversas situações que surgem que possa ver, interagir, conhecer e fazer.

3.3 CORPO ADMINISTRATIVO

Quadro 1 – Corpo administrativo no ano de 2016

ATUAÇÃO	PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	ATIVIDADES QUE DESEMPENHA
Auxiliar de sala	Alcionéia Lucí Machnicki	Ensino Superior Incompleto.	Auxiliam nas atividades recreativas e da rotina das crianças na ausência do professor
	Caroline Stopa	Ensino médio	
	Denise Naiara Blum	Ensino Superior Incompleto.	
	Gicéli Harteman Emiliano	Licenciatura em Pedagogia	
	Isabel Cristina Engler	Ensino médio	
	Lilian Maria Bilicki	Ensino Superior Incompleto	
	Maria de Lourdes de Lima	Pós – graduada	

Auxiliar Op.	Delcia Simone da Silva	Ensino Médio	Executar serviços gerais a fim de garantir um ambiente limpo e de bem estar.
	Valmir Vicente	Ensino Fundamental	
Diretora	Ivete Lang Schurt	Pós Graduada em Docência em Educação Infantil e Anos Iniciais e em Administração Escolar e Orientação Educacional	Administrar a unidade escolar, desempenhar atividades pedagógicas e de secretaria.
Merendeira	Eugenia Stopa	Ensino Fundamental	Planeja e faz a alimentação das crianças, bem como zela pela limpeza e organização da cozinha.

3.4 ABRANGÊNCIA EDUCACIONAL: NÍVEIS DE ENSINO

O CEI oferece o serviço de educação nos níveis:

- a) Berçário
- b) Maternal I e II
- c) Pré – Grupo IV e V

Todas as turmas são compostas por indivíduos do gênero masculino e feminino, sendo que dentre todos, alguns permanecem apenas em meio período (matutino ou vespertino), há também, aqueles que participam em tempo integral. O horário de atendimento é das 7h às 18h.

Quadro 2 – Quadro de matrículas por turma.

TURMA	IDADE	TOTAL DE ALUNOS
Berçário	0 meses a 1 ano e 8 meses	19
Maternal I e II	1 ano e 8 meses a 4 anos	21
Pré	4 anos a 6 anos completos até 31 de março	25
Total de alunos		65

A procura por matrícula nessa instituição é grande, pelo fato da mesma estar localizada próxima a lojas, mercados e demais escolas. Em função deste contexto, existe uma lista de espera de pais que desejam matricular seus filhos no CEI.

Quadro 3. Lista de espera do CEI

TURMA	NUMERO DE ALUNOS EM ESPERA
Berçário	15
Maternal I e II	9
Pré – Grupo IV e V	-

3.5 CORPO DOCENTE

Os professores do Centro de Educação infantil Tia Erci, tem como objetivo promover o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem com foco na formação integral das crianças, para que sejam conscientes de seu lugar no mundo, atuantes e responsáveis quanto às questões do nosso planeta. É também objetivo dos professores de nossa unidade escolar, garantir e ampliar os níveis de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes .Tais métodos se situarão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outro.(SAVIANI, 1944 pg. 72)

Quadro 3 – Corpo docente da unidade escolar/2016.

ORDEM	NOME	FUNÇÃO/ CARGO	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	TURMA/ ÁREA
01	Viviane Linzmeyer	Prof. ^a	Pós - Graduada	40H	Berçário
02	Janete Klemam Bilicki	Prof. ^a	Pós – Graduada	40H	Maternal I e II
03	Ana Rosa Tyska Furtado de Mello	Prof. ^a	Pós - Graduada	40H	Pré – grupo IV e V

3.6 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Atualmente, o espaço físico é composto por:

- (03) Três salas de aula;
- (01) Um refeitório;
- (01) Uma secretaria;
- (01) Um banheiro;
- (02) Dois banheiros adaptados para as crianças;
- (01) Uma cozinha;
- (01) Um parque infantil;
- (01) Uma horta;

Quadro 4 – Instalações.

ORDEM	DESCRIÇÃO	CONSERVAÇÃO
01	Sala de aula	Bom
02	Sala de aula	Bom
03	Sala de aula	Bom
04	Refeitório	Bom
05	W.C. professores	Bom
06	W.C. alunos	Bom
07	Diretoria	Bom
08	Depósito	Bom
09	Cozinha	Bom
10	Parque infantil	Bom
11	Lactário	Bom
12	Lavanderia	Bom

Quadro 5 – Equipamentos.

ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	CONSERVAÇÃO
01	Aparelho de DVD	03	Regular
02	Aquecedor	02	Bom
03	Armário em MDF	03	Bom
04	Armário metálico	01	Bom
05	Armário em aço	01	Bom
06	Armário 2 portas.	02	Bom
07	Arquivo metálico 04 gavetas	01	Bom
08	Banco 03 lugares	01	Bom
09	Batedeira	01	Ruim

10	Bebedouro	01	Bom
11	Cadeira plástica	01	Bom
12	Cadeiras pequenas	35	Bom
13	Cadeira estofada	03	Bom
14	Cadeira giratória	02	Bom
15	Carteiras	16	Bom
16	Chuveiro	01	Bom
17	Cilindro	01	Bom
18	CPU	01	Bom
19	Fogão a gás industrial	01	Bom
20	Fogão a gás 06 bocas	01	Regular
21	Forno elétrico	02	Bom
22	Forno micro-ondas	03	Bom
23	Freezer vertical	02	Bom
24	Impressora	01	Bom
25	Liquidificador	02	Bom
26	Mesa em MDF	02	Bom
27	Mesa para refeitório	02	Bom
28	Monitores	01	Bom
29	Notebook	02	Bom
30	Rádio portátil	02	Bom
31	Refrigerador	03	Bom
32	Secadora de roupas.	01	Bom
33	Televisões	03	Regular
34	Torneira elétrica	02	Bom
35	Ventiladores	07	Regular

3.7 PROJETOS E PARCERIAS

O Centro de Educação Infantil Tia Erci desenvolve o “Projeto Horta Escolar, programa de Sustentabilidade e Lixo Zero”, em parceria com a Empresa Brasileira de Compressores S/A – Embraco e o projeto “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil”, o qual é desenvolvido com avaliações contínuas do funcionamento do CEI e envolvimento com a participação dos pais no processo de educação dos filhos.

Também desenvolve o projeto pedagógico de ensino através de planejamento baseado no Sistema Positivo de Ensino “Aprende Brasil” em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Itaiópolis.

Quadro 6 – Projetos e parcerias em desenvolvimento/2016.

PROJETO/ PARCERIA	OBJETIVO	PERÍODO	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEL
Hortas Escolares e Lixo Zero	Conscientizar da necessidade da alimentação saudável, da coleta seletiva dos resíduos e do consumo consciente.	Ano todo de 2016	Alunos do Maternal e Pré	Profª Ana Rosa T.F. de Mello Profª Janete K. Bilicki
Indicadores de Qualidade na Educação Infantil	Desenvolver a aproximação das famílias no processo de aprendizagem dos filhos promovendo uma Educação de Qualidade.	2º semestre 2016	Alunos do Maternal, Pré e Berçário	Ivete Lang Schurt

A realidade do CEI atualmente é de uma escola que tem pouca participação e envolvimento dos pais nas atividades e eventos realizados, e despreparo dos professores com relação às demandas da educação infantil. Observa-se pequena participação de pais e responsáveis pelos alunos nas reuniões de pais; pouca clareza, por parte de professores, em relação aos instrumentos e critérios de avaliação; pouco interesse dos professores em conhecer o PPP da escola e pouco interesse das auxiliares de sala em participar de formações continuadas.

A escola hoje enfrenta o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção da cidadania emancipadora, o que requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia. Para tanto, é fundamental que a escola tenha a sua "filosofia político-pedagógica norteadora", resultante de uma análise crítica da realidade nacional e local e expressa em um projeto político-pedagógico que a caracterize em sua singularidade.

3.8 ATENDIMENTO EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO

Atualmente o município de Itaiópolis atende os seguintes níveis de ensino:

- a) Educação Infantil

b) Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais)

A Secretaria de Educação organiza o currículo em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) e a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (PC/SC, 1998). Os Centros de Educação Infantil e Pré-Escolas fundamentam seus trabalhos com base na Resolução nº 05/2009

3.9 ESTRUTURA CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Rede Municipal de Ensino de Itaiópolis
- Número de Dias de Trabalho Efetivo Escolar: 200 Dias
- Número de Dias Letivos Semanais: 05
- Número de Aulas por Turno: 05
- Número de Semanas Letivas: 40 Semanas
- Duração Hora/Aula: 45 Minutos
- Turno: Diurno
- Carga horária mínima anual para os alunos: 800 horas

Quadro 7. Organização da estrutura curricular

ÂMBITO	EIXOS	Nº AULAS
FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL	Identidade e Autonomia	5
CONHECIMENTO DE MUNDO	Movimento	3
	Música	2
	Natureza e Sociedade	3
	Matemática	5
	Artes Visuais	2
	Linguagem Oral e Escrita	5

Através do Plano Anual, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, os educadores elaboram os seus planejamentos seguindo os eixos e conteúdos determinados para cada bimestre.

Para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, cabe ao educador acompanhar os temas e conteúdos propostos e fazer a articulação entre as diferentes disciplinas e os Temas Transversais, desenvolvendo estratégias

diversificadas a fim de atender a realidade de cada comunidade escolar, relacionada às unidades escolares do município.

3.10 CONCEPÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

As propostas pedagógicas para o Ensino Fundamental e Educação Infantil estão baseadas nas concepções sócio-interacionista e construtivista que tem como objetivo promover a aprendizagem significativa, com abordagens que visem à formação do estudante como sendo construtor de sua própria história e transformador da sociedade. Prevendo que os sujeitos são capazes de fazer construções com seu próprio saber através da interação com o objeto do conhecimento.

Para tanto o papel do professor deve ser de interventor intencional, estimulando o aluno a progredir em seus conhecimentos e habilidades, segundo sua experiência de vida. No entanto, isso só é possível por meio de propostas desafiadoras que o levem a buscar soluções, ou seja, possibilitar a construção de seu próprio conhecimento com a reestruturação e reelaboração dos significados que são transmitidos ao indivíduo pelo meio histórico-cultural, visando assim à formação integral dos alunos, sendo que:

(...) A educação integral é, nesse sentido, uma estratégia histórica que visa desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, que considerem a educabilidade humana em sua múltipla dimensionalidade.

(...) a educação integral desde uma perspectiva histórico-cultural, torna-se evidente a busca por uma formação que considere a emancipação, a autonomia e a liberdade como pressupostos para uma cidadania ativa e crítica, que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura (PCSC, 2014, p. 26).

É fundamental que o professor valorize as vivências e o mundo das crianças por meio de atividades lúdicas e imaginativas, de conteúdos pedagógicos facilitadores como jogos e brincadeiras que garantam o interesse e a motivação das crianças, as ações deverão estar voltadas totalmente para atender as necessidades de cada grupo, para tanto:

Educadores de bebês e crianças podem encantar-se, divertir-se e emocionar-se com as descobertas deles. Ser responsável por

proporcioná-las é um privilégio, mas o bom professor pode também explicitar o que fez, como pensou, e porque desenvolveu determinada atividade – ou seja, refletir sobre ela. (REVISTA ESCOLA, 2014, pg. 74)

Quando a criança brinca ou houve uma história, ela tem um sentimento de liberdade e satisfação pelo que faz. A criança explora e manuseia o que está em sua volta, por meio do seu esforço físico e mental, adquirindo assim, conhecimento.

O conhecimento passa a ter contexto e localidade na cultura da criança. Ele é incompleto e precisa ser construído de maneiras diferentes. É necessária a confrontação com a realidade para que se descubra seu significado, proporcionando a formação integral.

3.11 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS

A Educação Inclusiva do Município de Itaiópolis orienta suas ações nos fins da Educação Nacional, previstos no Art. 2º e artigo 3º, Inciso I da Lei Federal – LDB – 9394/96 art.2º e art.3º e PNE diante da Lei nº 657/2015 e contemplando para sua efetividade a Lei Brasileira de Inclusão – LBI – e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Para atender às especificidades dos alunos, a secretaria orienta sua organização curricular no desenvolvimento de práticas colaborativas na escola regular.

A escola atende ao Parecer CNE/CEB Nº 17/01, que define que o projeto pedagógico de uma escola inclusiva deverá atender ao princípio da flexibilidade para que o acesso ao currículo seja adequado às condições do aluno, favorecendo seu processo escolar.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 art 4º:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 2016)

A Secretaria Municipal de Educação organiza o currículo educacional com objetivos de promover um ensino de qualidade, focando na melhoria dos índices de avaliação de todos os alunos.

Implantou Salas de Recursos Multifuncional, por meio da portaria nº13, de 24 de abril de 2007, tendo um espaço destinado nas seguintes escolas e centros de educação infantil: E.M. Bom Jesus, E.M. Renascer, Centro Educativo Itaiópolis, E.M. Rio da Estiva e CEI Semeando o Saber; escolas estas que servirão de polo para o atendimento das demais unidades escolares do município, conforme matrícula realizada.

Disponibiliza de profissionais e equipe pedagógica habilitados para trabalharem com sala de atendimento educacional especializado.

3.12 AVALIAÇÃO DESCRITIVA

A avaliação dos alunos do CEI Tia Erci acontece em dois momentos, uma no primeiro semestre e a outra no segundo semestre.

Os itens observados são: área motora, sócio afetiva e cognitiva. Ainda são avaliados itens como comportamento higiene e saúde.

1. ASPECTOS FÍSICOS: expressão corporal, harmonia, equilíbrio, ritmo, coordenação, organização espacial ampla, uso e aplicação da força.
2. ASPECTOS SOCIAIS: interatividade, participação compartilhada, regras, disciplina, organização, trabalho em equipe, responsabilidade.
3. ASPECTOS EMOCIONAIS: experienciar muitos e novos sentimentos, desde a alegria das vitórias e conquistas até o sabor da derrota e da perda, sendo valorizada cada manifestação e expressão dos sentimentos.

O registro avaliativo dos alunos matriculados nos CEIs do município de Itaiópolis é feito através de **Fichas de Avaliação Pedagógica**, que se dividem em áreas específicas as quais são avaliadas. Para apresentar o resultado do aluno frente às expectativas de aprendizagem utilizam-se os seguintes conceitos, representados no instrumento de avaliação por siglas:

D - Desenvolveu (D): atingiu o resultado esperado.

DP - Desenvolveu Parcialmente (DP): atingiu parcialmente ou resultados esperados.

ED - Em Desenvolvimento (ED): não atingiu nos resultados esperados.

Estas avaliações são realizadas semestralmente e são arquivadas no CEI, como registro escolar do aluno, para utilização futura, caso seja solicitado por profissionais de outras áreas e unidades escolares.

A avaliação é muito abrangente na Educação Infantil e, por este motivo, ela é dividida por áreas de conhecimento e, dentro destas áreas, subdividida em indicadores de aprendizagem que devem ser observados pelos professores ao longo do processo de desenvolvimento do aluno. O professor sempre deve observar a faixa etária e as condições nas quais os estudantes se encontram inseridos, bem como inserção de contexto social, familiar e escolar.

A avaliação de crianças inclusas é feita pela professora regente da sala na qual a criança está matriculada. O professor baseia-se nas etapas propostas a serem concluídas, observando as limitações e as possibilidades que o aluno de inclusão tem. A avaliação inclusiva deve observar o nível de conhecimento e habilidades que o aluno possui, trabalhando-se para ampliá-las no tempo dos alunos. É de sua importância que a equipe pedagógica proporcione os estímulos necessários para que os alunos inclusos se sintam desafiados diariamente, ampliando sua vontade de descobrir a aprender.

Cabe à escola trabalhar de forma efetiva e inclusiva em todos os momentos, sob a perspectiva que todos os seres humanos têm potencialidades e deficiências e que, diante disso, aprendemos e nos relacionamos com a aprendizagem de forma diferenciada.

4. AVALIAÇÃO DO PLANO

A avaliação deverá ser realizada durante todo o processo. Ela é permanente, a fim de que se perceba as transformações da realidade e a garantia dos objetivos alcançados.

O professor e toda a equipe escolar serão avaliados através de observações durante seu desempenho, no interesse a possíveis mudanças de estratégias e posturas das novas propostas, trazidas dos cursos de capacitação e das trocas de experiências. Esse comportamento certamente refletirá na aprendizagem das crianças que será um ponto de referência do resultado da avaliação.

A participação dos pais e seu comprometimento com a escola também possibilitará o êxito do projeto e a definição de novas ações.

O monitoramento e avaliação das ações deste plano ocorrerão com base em observações, registros e relatórios dos resultados, no decorrer do desenvolvimento das ações nele propostas e através da supervisão da coordenação. A avaliação ocorrerá envolvendo a participação da comunidade, crianças, pais e funcionários.

5. DETALHAMENTO DAS DIMENSÕES DO PLANO DE GESTÃO

5.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

META: Traçar o perfil de 100% das famílias dos alunos matriculados no Centro de Educação Infantil Tia Erci.

AÇÃO:

- Elaboração dos questionários;
- Encaminhamento dos questionários as famílias;
- Aplicação e coleta de dados dos questionários;
- Organização, tabulação e análise de dados.
- Revelação do perfil socioeconômico das famílias pesquisadas

OBJETIVO ESPECÍFICO: Constituir perfil socioeconômico das famílias dos alunos matriculados no Centro de Educação Infantil Tia Erci, pois o perfil socioeconômico dos alunos é um indicador importante que deve ser considerado como subsídio pela equipe da escola ao traçar sua proposta pedagógica que atenda à diversidade cultural e a realidade social destes.

PERÍODO: Maio a Junho/2017.

PUBLICO ALVO: Alunos, pais, professores e comunidade escolar.

RECURSOS: Humano e financeiro

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Gestora e 01 auxiliar de sala.

5.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

META: Envolver os profissionais da educação na apropriação dos fundamentos e das teorias do processo de ensino-aprendizagem, aplicando o mesmo a favor da instituição.

AÇÃO:

- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento da proposta pedagógica e os indicadores de aprendizagem, com vistas à melhoria do desempenho da escola;
- Compreender os princípios e diretrizes da administração pública, incorporando-os à prática gestora no cotidiano da mesma;
- Garantir que professores e agentes educacionais (auxiliares e administrativos) se sintam comprometidos com o trabalho pedagógico;
- Atender a todos os servidores em suas necessidades e observar critérios legais pertinentes a cada segmento;
- Socializar informações e conhecimentos na busca do diálogo permanente com a comunidade intra e extraescolar;
- Estimular a participação efetiva de todos como fator de desenvolvimento da autonomia da escola;
- Valorizar e criar caminhos de implementação do trabalho coletivo, reconhecendo e respeitando as diferenças pessoais e as contribuições de todos os participantes;
- Motivar os professores na busca pela construção do conhecimento;
- Desenvolver estratégias para trabalhar na ampliação das habilidades básicas dos educandos dentro do período escolar em que se encontra;

OBJETIVO ESPECÍFICO: Reconhecer e valorizar as ações de formação continuada para o aprimoramento dos profissionais que atuam na escola, criando espaços que favoreçam o desenvolvimento dessas ações, consideradas também práticas essenciais, para que a formação continuada se traduza efetivamente em contribuição ao enriquecimento da prática pedagógica em sala de aula.

PERÍODO: Mar/17 à Dez/20.

PUBLICO ALVO: Alunos, pais, professores e comunidade escolar.

RECURSOS: Humano e financeiro.

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Gestor.

5.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

META: Estabelecer uma relação de troca contínua e recíproca entre todos aqueles interessados no desenvolvimento integral da criança.

AÇÃO:

- Apresentar a instituição à todas as famílias;
- Acolher diariamente as crianças e as famílias na chegada e na saída;

- Garantir um período de adaptação das crianças intencionalmente planejado;
- Ter um calendário efetivo de reuniões de pais e eventos de integração com a comunidade;
- Ter um atendimento individualizado sempre que for necessário aos pais e a criança;
- Construir com o coletivo de profissionais, instrumentos eficientes de comunicação do trabalho pedagógico;
- Fazer acompanhamento e validação do PPP;
- Discussão e implementação de Conselho Deliberativo da escola;
- Enfatizar no trabalho escolar, a construção de relações com os responsáveis para a promoção do bem estar da criança, buscando alcançar continuidade e coerência na educação;

OBJETIVO ESPECÍFICO: Organizar o trabalho da unidade escolar dando significado na educação das crianças como uma ação compartilhada, no sentido de educar as novas gerações para o efetivo exercício da cidadania

PERÍODO: Fev/17 a Dez/20.

PÚBLICO ALVO: Comunidade escolar em geral.

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Gestor.

RECURSOS: Humano e financeiro.

5.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

METAS: Administrar com responsabilidade os recursos financeiros provenientes da prefeitura municipal, do PDDE e da comunidade através da associação de pais e professores.

AÇÃO:

- Administrar as verbas recebidas, de forma a atingir o objetivo maior que é a construção de uma escola pública de qualidade;
- Otimizar a utilização dos recursos financeiros e o funcionamento físico da unidade escolar com a participação do órgão -mantenedor, Prefeitura municipal e a comunidade escolar;

- Socializar os recursos financeiros disponibilizados através de suas fontes mantenedoras, sendo discutida sua aplicação em necessidades didático pedagógicas e físicas;

- Captação de recursos junto a secretaria municipal de educação e recurso por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;

OBJETIVO ESPECÍFICO: Promover condições de acessibilidade a todos os que frequentam a escola.

PERÍODO: Fev/2017 á Dez/20.

PUBLICO ALVO: APP, gestão e equipe pedagógica.

RECURSOS: Humano e financeiro.

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Gestor.

5.5 DIMENSÃO FÍSICA

METAS: Promover condições de acessibilidade ao ambiente, aos recursos didáticos e pedagógicos da escola, oportunizando o acesso a todos.

AÇÕES:

- Reformas e adaptações dos banheiros alargamento portas, construção de rampas de acesso;

- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis, e outros para melhor atender a diversidade que compõe a comunidade escolar;

- Empenhar-se coletivamente para que a escola esteja cotidianamente em sintonia com as mudanças que ocorrem no mundo de um modo geral;

- Apresentar projeto de construção de uma sala de aula junto à secretaria municipal de educação, para acolher alunos da fila de espera;

OBJETIVO ESPECÍFICO: Promover condições de acessibilidade a todos os que frequentam a escola, transformando-a em um espaço que zela pela inclusão, pois o conhecimento é um bem produzido pela humanidade e deve ser oportunizado a todos os alunos.

PERÍODO: Fev/17 á Dez/18.

PUBLICO ALVO: Alunos, pais, funcionários, gestor e toda comunidade escolar.

RECURSOS: Captação de recursos junto à secretaria municipal de educação e através do Programa Escola Acessível.

RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO: Gestão escolar e secretária municipal de educação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe a escola, conquistar assim sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira, que por meio de uma gestão democrática irá definir em conjunto com a comunidade as prioridades de sua atuação, prestando conta com a comunidade dos resultados obtidos, na busca da qualificação do ensino público. Não há fórmulas ou receitas mágicas, mas deve haver vontade, criatividade, busca de conhecimento para preservar e ter certeza que a busca pela gestão democrática nas instituições escolares é um caminho para se alcançar uma escola pública de qualidade, cumprindo suas funções que lhe são dadas pela sociedade.

Efetivando-se assim o objetivo da educação, a formação integral do homem para atuar no mundo ao qual faz parte, de forma consciente de seus deveres e direitos, é urgente pensar que a educação que se deseja e quais os pressupostos que sustentam as práticas. Tais reflexões deveriam anteceder quaisquer procedimentos educativos. Aos educadores fica a tarefa de pensar o sentido do seu trabalho

Quando se fala sobre o papel dos educadores frente à gestão democrática do ensino público, encontra-se seu princípio constitucional fortalecido pela LDB n. 9.394/96 na busca de implementar na ação dos gestores a prática associada a uma visão emancipadora, definindo que: a função social da escola é gerada pelas demandas da sociedade do conhecimento, e a necessidade de se promover interfaces com a comunidade exige um gestor capaz de identificar e implementar espaços de aprendizagem compatíveis com uma educação participativa que assegure a construção de uma escola solidária, democrática e competente (BRASIL, 1996).

Como gestor público, o profissional da escola deve reunir em seu perfil profissional características que lhe possibilitem: observar, pesquisar e refletir sobre o cotidiano escolar, de forma a aprimorá-lo constantemente, pois hoje existe um descontentamento claro em relação ao trabalho realizado pelas instituições escolares, com isso surge um anseio por uma maneira diferente de fazer educação.

Frente a essa realidade, o gestor escolar deve pautar seu trabalho na transparência administrativa, onde sua atuação é fundamental para buscar assegurar a eficiência do sistema administrativo e pedagógico. Opinar e propor uma ação a ser construída na escola, juntamente com a elaboração do projeto político-pedagógico e a implantação do Conselho Escolar.

Os condicionamentos políticos e sociais que interferem no cotidiano escolar promovem a integração com a comunidade, construindo relações de cooperação que favoreçam a formação de redes de apoio e a aprendizagem recíproca. Faz-se também necessário que este gestor esteja envolvido nas proposições de planejamento das ações que, voltadas para o contexto socioeconômico e cultural do entorno escolar, incorporem as demandas e os anseios da comunidade local aos propósitos pedagógicos.

Por isso, a valorização da gestão participativa se apresenta como forma de fortalecimento institucional e de melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos, podendo articular e executar as políticas educacionais, possibilitando na qualidade de líder e mediador entre essas políticas e a proposta pedagógica da escola, a construção coletiva da comunidade escolar.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: leitura crítico- compreensiva, artigo a artigo**. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 2013.

DA MOTTA, Xênia Fróes; DA SILVA, Renato. **Um olhar possível sobre a infância**. Revista Eletrônica de Instituto de Humanidades. Nº XXXV, Rio de Janeiro, 2011.

KUROSKI, Cristina. **Estrutura e funcionamento do ensino**. 2ª Edição, Uniasselvi, Indaial, 2011.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão na escola**. Goiânia: alternativa, 2004.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Ed. Cortez, São Paulo, 2012.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo, Novembro – 2014.

Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Ed. Cortez, São Paulo –SP, 1944.

STEINLE, Marizete Cristina Bonafi; SUZUKI, Juliana Telles Faria. **Educação da criança de 0 a 5 anos**. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2009.

